

Não à violência

A agressividade, e disso não conta os tratados de psicologia, é um componente inato da estrutura bio-psíquica do ser humano, traço característico da família de mamíferos à qual pertence o homem. Assim sendo, não pode ser eliminada e nem sufocada de todo como desejariam os apologistas da sociedade em paz e amor, na verdade mais uma utopia. Como a dor, que apesar de tudo o seu reflexo de sofrimento, é necessária, sinalizando a existência de um mal; a agressividade também pode servir a finalidades positivas e, a seu favor, diga-se que sem ela não teríamos sobrevivido ao processo de seleção das espécies.

Em épocas progressas, quando o homem disputava com tigres, lobos, macacos... a caça para se alimentar, a agressividade desempenhou um papel vital. Com a evolução e a consequente transformação do homem de caçador em agricultor, fase em que começaram a se formar os agrupamentos, o instinto agressivo, de ataque, passou a ceder lugar a um comportamento facilitador das aproximações entre os da mesma espécie. Posteriormente, com o surgimento da civilização, que implicou a prevalência dos valores de convívio social e a caracterização política, econômica e cultural dos países, regiões, Estados... a agressividade foi sendo canalizada para as conquistas profissionais, disputadas de mercado, sem a conotação de violência própria dos tempos remotos, da barbárie.

Claro que em qualquer época, em qualquer sociedade, as manifestações de agressividade extrema surgem e assustam, porque agredem princípios fundamentais da civilização, quais sejam o de permitir o relacionamento amistoso entre os humanos e o de propiciar o avanço do conhecimento em benefício da espécie. A grosso modo, o ato agressivo inconsequente, a violência, presta um desserviço a tudo que possa ser caracterizado como humano. Significa força do retrocesso, igual seus autores aos antepassados bárbaros.

O Direito normatiza e fundamenta o exercício da agressividade, justificando-a, quando representa dano físico a outro, somente nos casos de legítima defesa. É a forma que a civilização tem de salvaguardar o organismo social dos ataques de quem, por desequilíbrio, sucumbe ao apelo do instinto puro e simples.

Nas últimas semanas, registraram-se atos de vio-

lência, envolvendo representantes da sociedade campo-larguense, que merecem a completa rejeição dos interessados em erguer uma comunidade à altura dos princípios de civilização e em não permitir que sua cidade espalhe exemplos de delinquência. Difícil compreender como jovens de formação, privilegiados pela educação e apoio familiar, podem se comportar de forma tão bizarra, provocando conflitos cujas consequências são imprevisíveis.

Que valor pode ter a mera demonstração de força física, de imposição a um outro ser humano? Que sentido pode ter o exibicionismo em brigas de turmas nos recintos de clubes sociais? Que benefício traz um comportamento desse quilate? Temos certeza de que os protagonistas de episódios lamentáveis de violência, em são consciência, não justificam o seu modo de agir. Se eles não têm como se justificar, obviamente que muitos menos a sociedade que os abraça.

Difícil compreender também como clubes sociais brecam a intervenção policial em suas dependências, sob a alegação de que se tratam de entidades civis, de caráter privado, cujo acesso pelas forças da repressão somente pode se dar por autorização expressa da diretoria ou mediante mandato judicial. Nas situações de conflito, de briga, quando é colocada em risco a integridade física dos participantes, a presença policial se torna indispensável para prevenir problemas ainda maiores, a morte de um dos dignitários, por exemplo.

No conjunto de atos de violência registrados recentemente na cidade incluem-se o vandalismo. Sabe-se que a iluminação pública vem sendo destruída até com tiros de revólver. Essa delinquência, essa agressividade descabida, precisa ser coibida. A Polícia Civil, comandada pelo delegado Erineu Sebastião Protes, vem desenvolvendo trabalho de captura de armas na cidade. Deve desenvolvê-lo com maior rigor ainda. A 3.ª Companhia de Polícia Militar de Campo Largo, sob o comando do capitão Sandoval Heimbecher Ribas, tem realizado rondas frequentes no sentido de preservar a segurança comunitária. Deve intensificá-la ainda mais, especialmente em frente a clubes sociais em dias de festas e bailes. E os pais devem colaborar nessa campanha contra a violência, exercendo sua autoridade, e poder de persuasão, orientando seus filhos para o estabelecimento de relações verdadeiramente humanas.

Frases

"Posso obrigar um operário a chegar às sete horas e começar a trabalhar, mas como obrigar um engenheiro a chegar às sete horas e ter uma boa ideia". (Akiko Morita, diretor da Sanyo).

"Menos governo, menos impostos, mais liberdade de produção e mais trabalho". (Palavras de ordem do presidente da Fiesp, Mário Amato, para 1992).

"O Brasil tem pressa; crescemos três milhões de habitantes por ano e temos que ter velocidade para resolver os problemas do Brasil, para já". (Paulo Maluf, presidente nacional do PDS).

Lei e fidelidade

Existe um entendimento da lei como um instrumento criado pelos homens 'livres', que abriam mão da sua liberdade, para fugir da barbárie, viverem numa sociedade segura e pacífica. Seguindo esta interpretação seria correto supor que a lei, enquanto contrato pactuado entre as partes, se adaptaria e evoluiria de acordo com as transformações e desenvolvimentos daqueles homens e daquela sociedade. Mas os analistas críticos são unânimes em afirmar que esta concepção de contrato é um 'mito'. A lei, via de regra, serve à imposição e à reprodução dos interesses dos mais poderosos. Suas mudanças são estratégicas e não significam uma evolução, mas antes um aperfeiçoamento das técnicas de dominação num determinado jogo de poder. Tais transformações têm seu combustível nas lutas sociais e não numa suposta 'humanização' progressiva da sociedade.

Na Idade Média, por exemplo, quando a lei estava amparada na fé religiosa (que guiava e justificava o poder), era crime ir contra a verdade estabelecida (o teocentrismo), dizer que a terra girava em torno do Sol (e que, portanto, não era o centro do universo), apesar de ser uma verdade factual, levou muita gente para a fogueira.

Com as transformações já conhecidas, a lei moderna emerge combinada com as ciências. Mas seria correto dizer que houve uma evolução ou uma humanização da lei? Melhor afastar este raciocínio precipitado e simplista para nos debruçarmos sobre os fatos. Então percebemos que a associação entre a lei e a ciência também produz uma verdade mitológica (e se aplica a contradição da racionalidade iluminista que veio com o intuito de destruir o mito e acabou construindo outro mito maior e mais poderoso) que confere aos técnicos (juizes, advogados, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, promotores, sociólogos etc) poderes incógnitos como: examinar, enclausurar, tratar, disciplinar,

determinar quem está apto ou não a viver sob o 'contrato social'.

O caso brasileiro é peculiar (como sempre), porque aqui as formas de dominação modernas não extirparam totalmente as formas tradicionais de exercício do poder. Ao contrário, sempre que possível recorrem a elas para garantir as suas posições. Isto explica, em parte, a permanência no nosso Código Civil e Penal de leis completamente fora da realidade e que já caducaram quanto às suas funções, principalmente de normalização do comportamento, servindo apenas à satisfação dos desejos tradicionais que vagam perdidos pela sociedade, aguardando que alguém lhe dê o golpe de misericórdia. E o caso da fidelidade conjugal, recentemente abordado por esta Folha (06/12). Outrora, o preceito da fidelidade servia como segurança aos homens de posses quanto à legitimidade dos seus herdeiros; enfim, era elemento fundamental de controle da mulher e da sua capacidade de apropriação da hierarquia social. A sociedade moderna descartou este mecanismo e substituiu-o por outros mais eficazes (exame de paternidade etc — novamente a ciência como controle); a sua permanência se explica apenas pela tradição religiosa e pela moral marxista que foi deixada à mão e apropriada para o exercício de poderes agora no interior das classes-médias e populares.

Para o Estado, começa a se tornar um peso ter mais uma lei que não é seguida por grande parte da população. Mantê-la é querer tapar o sol com a peneira, jogar uma multidão na marginalidade e incentivar a desobediência civil. Daí o debate atual não significa que defendamos a fidelidade ou a infidelidade, apenas que a lei civil já não controla, e nem tem o interesse de controlar, as relações de fidelidade entre os casais, e isto não é uma evolução, mas o sinal de uma mudança estratégica.

Nelson Rosário de Souza, sociólogo

Alça de Mira

Com prestígio

Na região dos Campos Gerais, um prefeito que deve fazer o seu sucessor é o de Porto Amazonas, Dr. Davi dos Santos Cassoli. Segundo informações recebidas daquele município, o Dr. Davi vem realizando uma excelente administração, sendo considerado como um dos melhores executivos de Porto Amazonas.

Transporte

O deputado Neivo Beraldin (PST) teve 42 emendas acolhidas para o Orçamento do Estado de 1992, tendo sido um dos três deputados que mais aprovaram sugestões para modificação do projeto de lei orçamentária. Além disso, Neivo foi o único deputado a apresentar emendas ao Plano Plurianual do Governo Roberto Requião, aprovado sete dias, fato que mereceu destaque do presidente da Comissão de Orçamento, Heinz Herwig. As 42 emendas, em sua maioria, contemplam gestões emergenciais das prefeituras da Região Metropolitana de Curitiba, Litoral e Região Norte do Estado, propondo obras e programas sociais. Dentre as emendas propostas e aprovadas pelo deputado Neivo Beraldin ao Plano Plurianual inclui-se a integração do transporte intermunicipal da Região Metropolitana de Curitiba.

Imposto único 2

Mallson da Nóbrega concluiu que "o fascínio em relação ao imposto único não pode obscurecer os riscos que ele encerra, inclusive o de levar o Brasil ao isolamento internacional ou de a proposta ser utilizada pelo governo para a criação de mais um tributo. Valeria, por isso, ampliar o debate e a reflexão em torno da ideia para possibilitar a prudente consideração de todas as circunstâncias que cercariam sua eventual implantação".

Manifesto

O "Movimento Levanta Brasil", constituído por organizações sindicais e empresariais, lançou manifesto à nação, na qual prega a recuperação do crescimento econômico como "uma questão fundamental para o aumento da produtividade, do nível de emprego e da restauração do poder de compra dos salários. O momento reclama que o desejo de salvaguardar a nação suplante diferenças que, historicamente, colocaram empresários e trabalhadores em conflito" (...). O Movimento destaca que a política recessiva precisa ser revista o mais urgente possível, "porque desarticula o sistema econômico, dificulta o desenvolvimento tecnológico e condena o país ao atraso".

Renda mínima

O Programa de Garantia de Renda Mínima, proposto pelo senador Eduardo Suplicy (PT/SP) para erradicação da miséria absoluta no país, estabelece que todo homem ou mulher de 25 anos ou mais, que não receber mensalmente o equivalente, hoje, a Cr\$ 120 mil, terá direito a um complemento em dinheiro igual a 30% da diferença entre os Cr\$ 120 mil e o seu salário. O Executivo terá a possibilidade de aumentar esta proporção até 50%, dependendo da disponibilidade de recursos e da avaliação da execução do programa.

Renda mínima 2

Se fosse aplicado hoje, o Programa de Garantia de Renda Mínima beneficiaria cerca de 30 milhões de brasileiros. Seu custo, estimado em 3% do Produto Interno Bruto, seria beneficiado principalmente pelos cortes de programas nominalmente destinados aos mais carentes e que, entretanto, têm sido caracterizados pela ineficiência, desvios e até mesmo enriquecimento indevido de grupos diversos, a exemplo de programas da LBA, distribuição de cestas básicas e outros, lembra Suplicy. O projeto de lei apresentado pelo senador prevê uma introdução gradual do PGRM: em 1992 teriam direito todos os de 60 anos ou mais; em 1994, os de 55 anos ou mais; e assim por diante, até que no ano 2000 todos os de 25 anos ou mais possam ser beneficiados.

Aluguel

Com a nova Lei do Inquilinato, que entrou em vigor no último dia 19, deve ocorrer uma queda dos preços dos aluguéis. Pelo menos esta é a expectativa do presidente da Federação Nacional das Administradoras de Imóveis e Condomínios, Luiz Valdir Nardelli. Ele acredita que entre os cinco milhões de imóveis fechados no país (o cálculo é do IBGE), cerca de 30% devem entrar imediatamente no mercado com a entrada da lei em vigor. Com a maior oferta, a consequência lógica é a baixa do preço.

Remediados

Com inflação de 0,4% em novembro e dólar estabilizado, os argentinos vão ter um grande verão, inclusive lotando as praias brasileiras.

Emancipações

A indústria das emancipações municipais, que só aumenta despesas com novos prefeitos, vereadores e funcionários públicos teve um basta em Santa Catarina. Todo município catarinense tem que se manifestar no plebiscito e não só a área que quer se emancipar.

Imposto único

É bastante controversa essa questão do imposto único sobre transações. Há gente de reconhecido saber no campo econômico dos dois lados, a favor e contra. Entre os que rejeitam a ideia

CASA VICTÓRIA

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 1302-B
Campo Largo-Pr. Fone: 292-2162
Grande promoção de: xaxins, pratos, suportes e correntes para vasos
Aproveite os precinhos vitória para a vitória do seu bolso

Werner Egon Schrappe, presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná (FACIP) e da Associação Comercial do Paraná (ACP)

Cestas de Natal



No dia 20 de dezembro a Ação Social Santa Cecilia, de Itaipu, fez a distribuição de 2100 cestas de Natal para famílias carentes, escolhidas através de triagem, dando prioridade a pessoas idosas, doentes e desempregados. Sabe-se que uma cesta de Natal não vai suprir as inúmeras necessidades pelas quais passam estas famílias, mas com certeza será um reforço à sua mesa neste Natal.

Para atingir este objetivo a Ação Social contou com o apoio do Mic, da Ação Social do Paraná e da Comunidade de Santa Cecilia. O

presidente da Ação Social Santa Cecilia, Ari José Stroparo, agradeceu aos que colaboraram com essa iniciativa desejando que "Deus cubra de bênçãos e graças a todos aqueles que contribuíram, manifestando nosso sincero agradecimento".

Na ocasião da entrega, também esteve presente o assistente social da Prefeitura, Getúlio Braga, que falou para as famílias do trabalho desenvolvido pelo Centro de Triagem do Município e como todos devem buscar os seus direitos de cidadão.

Cime agradece

O Cime - Centro de Integração do Menor, está agradecendo a todos os sócios que colaboraram durante o ano de 1991, tanto através dos carnês de pagamento mensais como diretamente na Casa Paroquial, ao mesmo tempo em que augura a todos um Feliz e Próspero Ano de 1992. Aproveita a oportunidade para também agradecer as empresas que sempre tem colaborado com alimentos para os menores, bem como na realização do almoço no dia 19 passado:

- Panificadora Universo
- Panificadora Baguette
- Panificadora Waber
- Panificadora do Bimbo
- Supermercado Druziki
- Açougue do Tico
- Açougue Negrolo
- Açougue do Alfredo
- Açougue do Portela
- Açougue Baricello
- Cocol - Cia. Campolarguense de Eletricidade
- J. J. Empreendimentos Imobiliários
- Mineração Três Corérgos
- Bebidas Metropolitana S/A.

No Brasil governo é ineficaz no combate à violência contra a mulher

Estudo divulgado em Washington (Estados Unidos) revelou que o governo brasileiro tem sido ineficaz no combate à violência contra as mulheres. Representantes da Américas Watch, uma organização de defesa dos direitos humanos, estiveram no Brasil durante duas semanas e, a partir daí, elaboraram um relatório de 52 páginas com o título "Injustiça Penal: Violência contra as mulheres no Brasil".

Dentre os problemas listados pela organização incluem-se: 1)homens que assassinam suas mulheres e conseguem penas reduzidas, alegando infidelidade da vítima; 2)dos mais de dois mil casos registrados na Delegacia de Mulheres, central do Rio, nenhum resultou em punição; 3)casos de estupro raramente são investigados e quase nunca resultam em abertura de processos criminais; 4)nos últimos cinco anos o monitoramento e o tratamento da violência contra as mulheres têm melhorado graças ao movimento de mulheres no Brasil, que resultou na abertura de delegacias especializadas. Mas, das 74 existentes, 50 encontram-se concentradas em São Paulo.

Para solucionar o problema, o Américas Watch fez uma série de recomendações, entre elas a garantia por parte do governo dos direitos civis a qualquer cidadão, independente do sexo e "denúncia pública da lei que permite ao marido matar em defesa da honra".

E as mulheres, o que pensam a respeito?



"Acho que deveria haver uma punição mais severa a todos os que usam da violência contra as mulheres, ao menos para servir de exemplo. Só assim diminuiria a violência, pois, não havendo punição, o abuso cresce cada vez mais". (Emília da Silva, dona-de-casa).



"Acho que a mulher precisa ter um órgão a quem apelar para sua defesa. Uma delegacia de mulheres em cada cidade, mas que realmente valesse a pena, porque eu tenho uma conhecida que já procurou a delegacia e não conseguiu nada. A lei favorece demais os homens e a mulher acaba ficando sem saber como resolver seus problemas". (Marlene Cordeiro, dona-de-casa).



"O maior problema é o machismo, porque muitos homens não admitem ainda que a mulher conquistou uma liberdade maior. Tem mulheres que vivem dentro de casa sob sistema antigo, sem liberdade para nada. Enquanto não deixarmos de viver numa sociedade machista a violência não acaba". (Tereza de Jesus Vieira, cabeleireira).



"Com relação ao estupro, acho que são as próprias mulheres que o provocam. Os trajes usados por elas hoje podem acabar provocando esta situação. Muitas vezes os homens agem assim porque são criminosos mesmo, mas as mulheres também devem saber se comportar para evitar isto". (Neusa de Lima, dona-de-casa).



"A mulher sempre foi vista como um objeto e só agora está conseguindo atingir sua liberdade. Mas vivemos numa sociedade machista e isto é difícil mudar. Até mesmo a delegacia de mulheres é encerrada como se fosse inferior às outras". (Jacira T. S. de Souza, professora).



"Em primeiro lugar, as mulheres deveriam denunciar seus agressores. Elas, muitas vezes, deixam de denunciar porque têm medo das próprias autoridades. Nas delegacias, as mulheres, às vezes, são maltratadas, desrespeitadas pelos policiais. É delegacia de mulheres a gente só conhece mesmo pela televisão. Acho que o certo seria existir uma em cada cidade". (Lizabel Zampier, dona-de-casa).

Que o milagre do Ano Novo acenda uma chama em seu coração e o faça arder de amor, distribuir carinho e repartir a felicidade.

Feliz 1992!

O BELELÉU, RADICAL, TOPETE e seus funcionários



A todos os amigos e clientes que nos honraram com sua amizade durante o ano de 1991, desejamos que o Ano Novo traga consigo a realização de todos os sonhos.

São os votos de

Autocecilia CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA VOLKSWAGEN

FONE: 292-1134

ACERVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CAMPO LARGO - PR

EXPEDIENTE

FOLHA DE CAMPO LARGO
Diretor-presidente: Germano de Oliveira
Editor: Inácio Alfonsin Panzani
Diretora de Redação: Luz Marina Leon Borges
Comércio de Artes Gráficas Ideias Novas Ltda
Rua Marechal Deodoro, 495
Galeria Virgínia, loja 107
Telefax: (041) 392-1331
Campo Largo - Paraná
Composição, past-up e fotolito
Comércio de Artes Gráficas Ideias Novas Ltda
Impressão
Jornal do Estado Ltda
Rua Roberto Barroso, 22
Centro Cívico
Telefone: (041) 254-7011